



Gênero, Trabalho e Segurança Alimentar: um estudo sobre as mulheres de Izidoro e Barro Alto, no Amazonas

Milton Melo dos Reis Filho¹
Iraildes Caldas Torres²

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. (melomilton@ig.com.br)

¹ Doutora em Ciências Sociais / Antropologia e professora da Universidade Federal do Amazonas. (iraildes.caldas@gmail.com)

1. Divisão sexual do trabalho

Barro Alto

O cenário é de uma comunidade rural que em meio às dificuldades oriundas da expansão do capitalismo, que também atinge o interior da Amazônia, imprimiu em sua gente as angústias e inquietações para a busca de uma vida melhor. Estamos nos referindo a Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto do município de Coari-Amazonas. Partimos do princípio da segurança alimentar por estar associada ao cotidiano das mulheres e homens que vivenciam as agruras de um processo de trabalho contínuo, árduo e desafiador nessa comunidade, assunto que será abordado no segundo item deste capítulo. Aqui buscamos discutir “as questões suscitadas pela problemática da divisão sexual do trabalho articulada àquela das relações de gênero, a partir das suas formas concretas de existência e representação” (LOBO, 1991, p. 140).

Esse processo de trabalho é demarcado pela força que cada um exerce sobre o outro. No caso da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, tanto as mulheres quanto os homens exercem esse poder. Cada um desempenha um papel bem definido, o que contribui para o seu destaque no meio social, onde o mérito acaba sendo daquele que exerce o poder maior. Nesse lugar, embora exista uma participação mais igualitária entre as mulheres e homens (31%), a figura masculina ainda aparece como o grande provedor da economia doméstica (54%). Mas, o que é alarmante é que de um universo de vinte e seis mulheres entrevistadas, apenas 15% das esposas aparecem como principais arrimos de famílias. Aqui, recorreremos a Lobo (1991, p. 145) para



afirmar que “o discurso econômico está construído para ser geral e este é um problema que se coloca sistematicamente para a pesquisa sobre o trabalho feminino: como dar conta das relações invisíveis e como evitar a armadilha da dicotomia entre relações gerais e específicas”.

As mulheres sempre representaram um lugar de inferioridade quando se refere à participação econômica por setor de atividade (BRUSCHINI, 2000). “Mas a ampliação do setor agrícola (de 14% em 90 para 23% em 95) foi provocado pelo alargamento do conceito de trabalho, que passou a captar com maior precisão e atividade econômica das mulheres no campo” (BRUSCHINI, 2000, p. 25).

De modo geral, as mulheres se colocam num patamar de inferioridade em relação aos homens, quando se trata da segurança alimentar. Mesmo sendo conscientes da sua importância no processo da produção da farinha, elas consideram os seus maridos como principais arrimos da família. Mas foi o esforço da mulher que viabilizou a efetivação do Programa do Governo Federal Bolsa Família que, também, mantém a família. Ainda assim, o homem exerce o poder sobre a família por sua autoridade de pai, conforme podemos perceber na fala de uma das mulheres ouvidas nesta pesquisa³.

Meu marido é o principal responsável pelo nosso sustento porque é ele que pesca e caça. Da minha parte, só entra a farinha que eu faço, as galinhas, os patos e os carneiros que eu crio. É da criação que vendemos algum animal para comprar as roupas dos meninos. O material escolar dá para comprar com a Bolsa Família (INFORMANTE Nº 01).

A depoente da nossa pesquisa revela o contentamento pelo que exerce e um grau de conformismo com o que seria capaz de realizar. É visível que sua importância no ato de se fazer presente na economia doméstica foge ao próprio reconhecimento. O trabalho na roça como agricultora é somada à criação de animais e, também aos vários ofícios da casa. Mesmo assim, a mulher agricultora é conivente com o seu lar, o da mulher provedora, a mulher que vê nas atividades do marido a importância devida, mesmo quando seus papéis extrapolam determinados limites. Estamos falando da segurança alimentar construída por mulheres e homens da comunidade. Onde imprimem marcas profundas de uma relação balizada pelo jogo do poder entre ambos. “Parece

³ Pelo fato de os dados qualitativos (falas) aqui analisados terem sido retirados dos formulários aplicados aos sujeitos da pesquisa, não os nomearemos, utilizaremos a terminologia informante seguido de numeração, para indicar a fonte dos dados.



fundar-se em relações sociais e representações culturais, em estratégias patronais do Estado e em práticas de resistência de mulheres e de homens” (LOBO, 1991, p. 158), o que pode ser consequente da construção social da divisão sexual do trabalho. Como define Torres (2009, p. 73) “existem claves que tomam rumos diferenciados, assim como existem espíritos capazes de atos de grandeza, fervores e rupturas no curso de suas vidas”. Nesse sentido, a atuação das mulheres agricultoras tem sua ressignificação.

Nossas inquirições sobre a opinião dessas mulheres em relação à discriminação pelos homens nas atividades de trabalho, revelam um quadro equilibrado.

De um lado, essas mulheres relataram que seus maridos têm muito zelo pelas coisas da casa; eles varrem debaixo do assoalho onde ficam os bichos; trabalham num sistema de cooperação, tanto na roça como em suas casas; cada um faz o seu serviço; a mulher produz mais, têm mais idéias; não se deve esperar pelos maridos porque eles são mais devagar; a mulher tem que estar sempre incentivando.

De outro, essas mulheres depõem contra os seus maridos: dizem que o seu trabalho não é reconhecido por eles, nem pelas famílias que lá existem, porque sempre quem leva a vantagem é o homem; o desrespeito em relação às senhoras ou a qualquer mulher ainda é muito grande por parte dos homens. Isso começa dentro de casa e se estende às filas de banco quando recebem o diesel para manter o motor de luz; “se é o homem que vai, todo mundo respeita. Se é a mulher que vai, ninguém respeita” (INFORMANTE N° 02); Elas dizem também que “para os homens o trabalho da mulher é mais maneiro, o deles é mais pesado. Os homens dizem que a roça é deles porque só eles fizeram a derrubada” (INFORMANTE (N° 02). Enfim, “tem discriminação, sim. Mas, eu não tolero. Um dia meu marido vai entender isso e, quem sabe, mudar. Enquanto isso, eu sigo brigando” (INFORMANTE N° 03). Outra nossa informante (N° 04) denuncia:

No caminho da roça, têm muitos rapazes que se aproveitam das meninas. Acho que isso é abuso. Quando é a mulher que faz alguma coisa errado, todo mundo cai em cima. Quando é o homem, ninguém fala nada. Acho que isso é a pior discriminação que a gente vive aqui.

Estamos frente a um quadro situacional em que o homem se apresenta como o sujeito proeminente em relação à mulher, aproveitando-se dessas relações de poder assimétricas para praticar inclusive atos ilícitos como é o caso de abuso sexual de



meninas. Para Saffioti (1987) o patriarcado, assim como o racismo, constituem antigas formas de legitimação da discriminação social integradas no capitalismo e que, a partir dessa simbiose, são estabelecidas formas de dominação/exploração mais intensas sobre as mulheres. No caso de abuso sexual praticado pelo homem o seu modo de ser, agir e pensar cedem lugar, também, a atos extremados de abuso de poder androcêntrico.

Panzutti (2006, p. 24) atesta que os trabalhos sobre a mulher no meio rural, datam a partir da década de 1980, época em que “ampliaram-se consideravelmente, abordando, específica e prioritariamente, a problemática de participação das mulheres na luta política”. Teoricamente, afirma Panzutti (2006, p. 90) em seus estudos sobre a mulher rural,

[...] há na lavoura a separação entre atividades femininas e masculinas, sendo de consenso que o trabalho mais pesado cabe ao homem e à mulher, o mais leve. Na prática, entretanto, os espaços de cada sexo se interseccionam diante das necessidades imediatas, verificando-se a simbiose entre masculino/feminino tanto maior quanto mais grave for a situação de ‘precisão’ da família.

As mulheres da comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, exercem diversas funções, como constatamos no relato de uma de nossas informantes: “Aqui, a nossa líder comunitária é mulher. Nossa coordenadora da comunidade é mulher. A nossa ex-agente de saúde e a maioria das professoras são mulheres” (INFORMANTE Nº 04). Essa situação está associada ao fato de que as mulheres são sujeitos que historicamente desenvolvem atividades ligadas ao bem-estar da família, as chamadas profissões feminizadas, mas está associada, também ao fato de que são as mulheres os sujeitos centrais da organização da comunidade (TORRES e RODRIGUES, 2010).

Algumas mulheres deixaram de trabalhar por apresentarem dores na coluna, o que acabou as impossibilitando no trabalho de agricultora. Mas para essas mulheres o trabalho ainda não cessou. Elas continuam realizando os trabalhos de casa e são conscientes de que já deram boa parte de suas vidas ao trabalho na roça. Elas têm em sua memória a lembrança de um passado, como diz uma das informantes: “atualmente não trabalho mais por conta da coluna. Mas, mesmo assim, ainda faço as coisas da casa. Já trabalhei muito na capina, fazendo farinha, carregando peso” (INFORMANTE Nº 05). Estudos recentes têm colocado a questão do trabalho feminino sob diversas perspectivas de análise. Panzutti (2006, p. 24), por exemplo, diz que



Nos trabalhos que dizem respeito à participação feminina na atividade agrícola face ao crescimento urbano e capitalista industrial, a participação feminina é analisada sob o prisma da incorporação da mulher na organização social da produção, caracterizando-lhe o produto e a contribuição social, apesar da discriminação a que está submetida. Esses trabalhos constatam que a presença da mulher é mais frequente em pequenas unidades onde há a divisão sexual do trabalho, o uso de métodos tradicionais para a produção e a baixa produtividade da terra.

São essas as mulheres que guardam em sua memória o significado que tem a vida de agricultora. O que para nós, nada é muito concebível. Para elas ser agricultora é sinônimo de satisfação, de ser útil para a sua família e a comunidade, embora seja um trabalho árduo que exige muita dedicação. Observe-se que essa satisfação é externada na sua própria fala: “eu sou professora. Mas, se tiver uma semana de folga, eu aproveito e vou para a lavoura” (INFORMANTE Nº 06).

A fala da nossa informante que é professora da comunidade, enfatiza o nível de entrosamento e sua relação afetiva com o trabalho na agricultura. Obviamente, viver em comunidade exige novos desafios. A iniciativa da professora em associar-se às demais agricultoras está relacionada à busca pela sua própria existência na comunidade, numa relação de pertença. Ela admira o trabalho das mulheres agricultoras, mas não vê possibilidades de crescimento dessas mulheres. “As pessoas não mudam, não crescem” (INFORMANTE Nº 06).

Assim como as agricultoras, a fala dessa professora que, também, se fez agricultora implica na exigência de novas políticas públicas para a comunidade. É preciso que todos tenham ao seu alcance os recursos necessários para o trabalho em comunidade, incluindo a educação para os adultos, fator fundamental para o crescimento das pessoas. As políticas públicas mais prementes para essa comunidade são aquelas direcionadas para o trabalho na roça para a promoção da educação na comunidade rural.

Izidoro

Oposto de Barro Alto, a comunidade de Izidoro possui uma geografia bem atípica em relação à produção agrícola. Além disso, o trabalho coletivo tem nas mulheres uma referência que se justifica pelas suas diferentes origens. Tudo acontece numa ilha localizada em frente à comunidade, do outro lado do lago, nas proximidades do município de Coari. É lá que as roças são cultivadas por uma família ou por um



núcleo familiar podendo, em alguns casos, envolver até cinco famílias de um mesmo núcleo familiar. O cultivo da plantação de manivas acontece nessa mesma área há mais de trinta anos. Obviamente, por se tratar de uma ilha que, em período de cheia, fica submersa, o que favorece um novo plantio a cada ciclo das águas.

Os desafios das famílias se traduzem numa, perspectiva contínua de sucesso produtivo e, um dado interessante constatado, é que essas famílias não utilizam nenhum tipo de fertilizantes ou agrotóxicos para o plantio. Utilizam técnicas próprias e intercalam às manivas outros plantios do tipo consorciados como: abóbora, melancia, maxixe e outros produtos que são levados para comercialização na Feira do Produtor em Coari.

Em período de entressafra dos derivados da mandioca a comunidades mantêm-se da venda do açaí e bacaba. Esses produtos são encontrados no entorno da comunidade e, vêm se convertendo em grande potencial de comercialização nesse período para as famílias agricultoras da comunidade Izidoro.

O trabalho coletivo é indispensável ao manejo da roça. Ele acontece desde o início do plantio à colheita na forma de pequenos ajuris ou puxiruns, como a comunidade assim o define. Na medida em que essa prática acontece, acaba se constituindo numa crescente pressão sobre os direitos comunais, que segundo Thompson (V. II, 1987 p. 49), “há evidências, no final do século XVIII”. O envolvimento coletivo se faz presente em todo o processo produtivo. É por meio desse compromisso que as agricultoras experimentam e socializam novas formas de trabalho. É o que mostra o seguinte relato:

A gente sempre faz a farinhada em mutirão. Os homens vão para o roçado arrancar a mandioca e a gente fica aqui na casa ea farinha esperando para começarmos o trabalho. Às vezes, a gente reúne até vinte mulheres num só mutirão. Quando termina a farinhada de uma, começamos a farinhada de outra e o mutirão só termina quando termina a última roça. Às vezes, um mutirão chega a durar até dois meses seguidos em uma única casa de farinha (INFORMANTE N° 01).

Em Izidoro há diferenças nos modos do trabalho coletivo. O ajuri, por exemplo, é cabível a uma família que não dá conta de sua roça e solicita a ajuda a outras famílias. Essa prática social exige que a família que solicita a ajuda forneça o almoço aos trabalhadores e promova um baile de agradecimento e consagração. Por isso não é



praticado frequentemente no início do plantio, porque exige uma preparação antecipada para o evento. O ajuri consiste num chamado direcionado a pessoas específicas, em geral, ligadas à mesma família ou vizinhos. É nesse momento, segundo Perrot (2008, p. 150) que “as mulheres, precisam de um espaço de solidariedade, de sociabilidade, de abertura para o mundo e de tomada de responsabilidades”, porque são elas que organizam esse evento. Segundo uma das informantes,

A gente não gosta muito de fazer ajuri no início da plantação, porque não estamos preparadas para dar o almoço e fazer o baile da noite como é de costume. Então, a gente espera o tempo da farinhada porque aí a gente já tem mais recursos para oferecer o almoço para todo mundo (INFORMANTE N° 02).

Embora, o ajuri nem sempre se constitua numa prática efetiva no início da plantação, em alguns casos, ainda se constata a existência, sobretudo para salvar a roça de determinada família que está em período eminente de inundação. Isto ocorre com maior relevância na comunidade de Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto.

Já o mutirão, ocorre nas ocasiões das grandes realizações da farinhada. Esse tipo de trabalho coletivo, geralmente, é solicitado pelo líder comunitário. Este que sempre convoca homens e mulheres para fazerem a limpeza da comunidade, mobiliza para a festa da igreja ou da escola. A própria limpeza da casa de farinha é feita em forma de mutirão.

Dando voz a uma das mulheres agricultoras, obtivemos o seguinte relato: “aqui a gente criou o costume do ajuri na época da farinhada. O ajuri é uma grande festa porque a gente trabalha o dia inteiro conversando, rindo, contando histórias e piadas. Nem se vê o tempo passar” (INFORMANTE N° 03).

O puxirum é mais específico no período do plantio e da colheita. Em Izidoro merece destaque o ajuri por se constituir na prática mais vivenciada e exercida na comunidade. É nesse momento que as mulheres entram como as principais protagonistas. Elas convidam seus parentes, comadres e vizinhas para ajudar no período da farinhada. Quem convida está automaticamente convocada para participar do ajuri de todas as suas convidadas e assim sucessivamente, até terminar a farinhada de todo o núcleo comunitário. É importante chamar a atenção para o fato de que o puxirum, na época de preparo do roçado para o plantio, é uma atividade dos homens. Na fase do



plantio é das mulheres e, em época da farinhada é de todo mundo, envolvendo até mesmo as crianças e os jovens.

O quadro atual revela que a prática de puxirum acontece mais entre as famílias. Apesar disso, as pessoas gostam de se fazerem presentes por permanecer, ainda, uma relação de afinidades, que dificilmente os laços não se rompem. “Eu gosto muito de participar do ajuri, encontrar as vizinhas, conversar, trabalhar juntas embaixo da árvore ou da casa de farinha. É muito bom”. (INFORMANTE Nº 04). De modo geral. O trabalho coletivo envolve trocas simbólicas e relações humanitárias para além do parentesco e amizade (TORRES E RODRIGUES, 2010).

A pesquisa em Izidoro revela que o homem é o principal responsável pelo sustento da família. Isso se deve ao fato de eles desempenharem alguma função remunerada como o salário de líder comunitário, catraieiro que transporta as crianças para a escola dentre outros, enquanto que nenhuma mulher da comunidade possui vínculo de contrato de trabalho. Eles também realizam mais atividades remuneradas que as mulheres em outras comunidades ou até mesmo em Coari. Às vezes, seus rendimentos são inferiores aos das suas esposas que conseguem bons dividendos com a venda de açaí, farinha, bacaba, castanha e outros produtos. Para Bruschini (2000, p. 17),

Fatores como esses afetam a participação feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho. O importante é registrar que o trabalho das mulheres não depende apenas da demanda do mercado e das suas necessidades e qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa, e em permanente transformação, dos fatores mencionados. (BRUSCHINI, 2000, p. 17).

Quando inquirimos sobre a importância do trabalho da mulher para o grupo doméstico a maioria delas é unânime em afirmar que realizam os mesmos trabalhos que os homens, carregam a mesma quantidade e peso, remam a mesma distância na canoa e fazem os mesmos esforços. Depreende-se dessas respostas que elas estão dizendo que seu trabalho e espaço físico são equiparados ao trabalho do homem. A mulher trabalha mais porque, além da roça, ela também tem que dar conta dos afazeres da casa e do cuidado com os filhos. Para esse tipo de atividade eles não ajudam. Uma das nossas informantes salienta:



Meu marido sempre fala que as mulheres trabalham menos que os homens, por causa do nosso corpo que é mais fraco que o deles. Eu concordo que a gente é mais fraca. Mas, não concordo que a gente trabalhe menos. A gente faz outros serviços diferentes do deles, só isso (INFORMANTE N° 05).

Temos, aqui, um quadro da desigualdade entre o trabalho da mulher e o do homem. Os dois apesar de realizarem diferentes atividades e serem conscientes da força que um exerce sobre o outro, ainda falta o reconhecimento do homem em relação ao trabalho da mulher. Lobo (1991, p. 148-149) em sua obra *a classe operária tem dois sexos* chama a atenção para a chamada mística feminina em que a utilização do trabalho das mulheres “incidem tanto estratégias de utilização (apropriação) do corpo, através de suas ‘qualidades’ naturais ou sociais, como representações de qualidades. Assim, os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios da força de trabalho feminina”.

Quanto ao seu parceiro homem, ele só vai para a roça quando dá vontade. Esse quadro é delineado por uma das nossas informantes nos seguintes termos:

O homem faz a roçagem e a derrubada. A mulher, eu, toco o fogo e faço a coivara que é a queimada do matagal derrubado que serve para adubar a terra. Depois eu planto pimenta de cheiro, tomate, banana, cana, jerimum. Depois nós dois plantamos a maniva que passará um ano para amadurecer. Depois de três meses de plantada nós dois começamos a fazer a capina para o mato não empatar o crescimento da maniva (INFORMANTE N° 06).

Esta fala define bem os papéis que mulheres e homens exercem no trabalho da lavoura. As mulheres têm a convicção de que o seu trabalho por ser considerado leve, é rude. “Mas de todo modo, não serem obrigadas por circunstância diversas a atuarem no ‘pesado’ (derrubada, por exemplo), significa manter uma condição minimamente digna, a seu ver” (ALMEIDA e MANESCHY, p. 441).

É importante dizer que nesse tipo de atividade cada um dos membros da família exerce uma atividade bem específica. Todos trabalham na colheita da mandioca: as mulheres, os maridos e as crianças. Na comunidade Izidoro, as crianças de seis anos em diante ajudam a descascar a mandioca e, às vezes, ajudam até na capina. As mulheres chegam a carregar paneiro de até vinte quilos de mandioca nas costas. Essa prática das mulheres tem causado “dores nos quartos e na cadeira”, como bem define uma das nossas depoentes.



Cada um dos componentes do núcleo familiar ou mesmo membro de cada família é responsável, a seu modo, de organizar o trabalho na agricultura familiar. “Eu torro farinha, faço beiju, farinha de tapioca, pé-de-moleque e outros. Meu trabalho final é colocar os produtos no mercado para vender. Também faço esteira (tupé), paneiro, abano, entre outros produtos” (INFORMANTE N° 07).

Essas mulheres, além de dedicarem tempo e força ao trabalho da roça ainda encontram tempo para criar galinhas, patos, porcos, plantam cebolinhas, coentro, pimenta de cheiro e tomate, que também auxiliam na economia da casa. “Embora as mulheres desempenhem um papel social importante na organização da economia doméstica, o seu trabalho não é reconhecido em algumas comunidades amazônicas”, como salientam Torres e Rodrigues (2010, p. 235) em seus estudos sobre o trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. Para eles esse tipo de atividade não é visto como trabalho, mas é considerado uma atividade de ajuda que a mulher presta ao homem.

2. Produção de alimentos pelos moradores.

Barro Alto

Em relação à comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, nossa pesquisa anuncia que o trabalho na roça é bem aceito por todas as mulheres. Para a maioria das mulheres pesquisadas trata-se de um trabalho pesado, mas que dá felicidade ao realizarem; é uma atividade prazerosa porque supri as necessidades da casa; é uma questão de honra para outras, além de ser uma atividade que para elas é da mulher que trabalha. Sobre a questão do trabalho que realiza e dá satisfação, compreende-se em Mills (1967, p. 233) que “o trabalho pode ser visto como mero ganha-pão, ou como parte significativa da vida interior”. Ele define o trabalho afirmando que ele “pode ser encarado como uma expiação ou como uma expressão exuberante de si mesmo; como um dever inelutável ou como o desenvolvimento da natureza universal do homem”. Na extensão de sua análise, ele afirma que nem o amor nem o ódio ao trabalho são inerentes ao homem, ou a qualquer tipo de ocupação. Depõe uma de nossas entrevistadas:

Eu passei a me entender como agricultora depois que a Vanuza veio fazer a pesquisa dela com a gente. Foi ela que nos ensinou sobre o que é ser agricultora. Naquele dia, eu vim para casa muito contente e dizia: meu Deus



que bom que eu sou alguma coisa na vida. Eu sou uma agricultora. Eu tenho uma profissão que aprendi da minha mãe e vou passar também para os meus filhos. Mas, eu não queria que meus filhos seguissem essa profissão. Vou dar estudos para eles serem outra coisa menos pesada. Mas, eu não me importo. Sou feliz como agricultora e quero morrer como agricultora (INFORMANTE Nº 07).

Chamamos atenção para o nível de percepção que cada ser tem em relação ao seu lugar de origem. O sentimento de pertença é patente em cada uma dessas mulheres. O que valida a sua própria identidade. Uma identidade que conduz vidas demarcadas por sofrimentos e angústias, ainda que desempenhemos diferentes funções em qualquer que seja a esfera do trabalho. Essas mulheres passam a desenhar um futuro melhor para seus filhos, na mesma medida que elas reelaboram suas novas formas de vida, onde os sonhos e utopias passam a comandar suas vontades de viver melhor. Apesar disso, nada é fácil porque,

ser agricultora é ter o corpo picado de mosquito, o rosto queimado de sol, as pernas e os braços cortados dos garranchos, as mãos cheias de calo, o útero caído, a coluna entrevada [...] e a certeza de sua independência econômica. Como agricultora não dependo de ninguém para cuidar do meu sustento e dos meus filhos e todo mundo me respeita por isso (INFORMANTE Nº 08).

A profissão dessas mulheres reflete no seu corpo as consequências de uma profissão em que a dor e o sofrimento acompanham suas vidas. Como afirma Moraes (2010, p. 184), “o trabalho possui a potencialidade de, ao mesmo tempo, ser fonte de prazer e de sofrimento, dependendo da forma como é organizado e das mediações construídas pelos trabalhadores”. Essa realidade é complementada na expressão de uma das informantes da pesquisa. Ouçamos:

Sou agricultora com muito orgulho. Isso significa que tenho ocupação o ano inteiro. Se engana quem pensa que morar no interior é levar a vida na moleza. Ser agricultora não é para qualquer um. É para gente com coragem para trabalhar. É pegar no duro, no pesado. Não tem nada de moleza não (INFORMANTE Nº 09).

Cabe, aqui, a contribuição trazida por Torres e Rodrigues (2010, p. 242) sobre suas concepções do que é trabalho “leve” e “pesado”. Para esses autores, essa idéia “está relacionada com a noção que os indivíduos têm sobre as atividades desenvolvidas dentro do sistema produtivo”.

Todo procedimento em relação ao plantio é bem demarcado pelas agricultoras. Um roçado, por exemplo, só pode ser realizado no mesmo local após um período de



cinco anos, tempo suficiente para que a terra possa tornar-se fértil e propícia a agricultura.

Das 26 famílias entrevistadas 15% revelaram que o destino da sua produção é para o próprio consumo e 85% revelaram que o destino de sua produção é para consumo e venda ao mesmo tempo.

A produção da farinha gera uma renda familiar (mensal) proveniente da venda dos produtos, em que 14 famílias passam a receber menos de um salário; 11 famílias até um salário mínimo e apenas 1 família alcança a ordem de dois salários.

Desse modo, mulheres e homens tentam levar suas vidas. As mulheres incrementam a economia da agricultura familiar principalmente com a venda de farinha e seus derivados, somado à venda de artesanato de usos domésticos como tapetes, paneiros, peneiras, tipitis, dentre outros. E, os homens trabalham como diaristas em outras propriedades nos arredores da comunidade, onde eles cuidam do gado, fazem roçados, derrubadas ou capinação. Sempre como trabalho esporádico e nunca como contrato de trabalho.

O modo de agir de homens e mulheres da comunidade Barro Alto, de acordo com o que afirma Reis Filho (2010, p. 203) “centra-se nas necessidades básicas das condições de vida. Os instrumentos de luta da cidadania para atuar numa esfera combativa precisam ser construídos”.

A mulher aparece em nossa pesquisa como aquela que gerência a casa e sabe das necessidades da família. Para a maioria delas isso é importante porque elas sabem fazer economia. E, se deixar por conta dos homens, muitas famílias passariam fome, “Os homens são muito desatentos com as coisas do consumo. Somos nós que temos mais sensibilidades com os gastos” (IINFORMANTE Nº 10). “Os homens não sabem nada do que se precisa dentro de casa. Eles querem tudo na mão. Não se preocupam se ainda tem as coisas ou se já está na hora de comprar. Somos nós que dizemos tudo isso a eles” (INFORMANTE Nº 11).

Aqui, está muito claro o papel da mulher no ambiente familiar. Elas que junto com os membros de sua família chegam a passar até uma semana sem café e açúcar. Improvisando o café-da-manhã com garapa, açaí e frutas. Essa agonia que vive a mulher agricultora nem sempre é percebida por seus companheiros (maridos).



A divisão social das tarefas, de acordo com Torres e Rodrigues (2010, p. 237-238) “foi, ao longo da história, a categoria explicativa dos papéis de gênero”. Eles atestam que os papéis sexuais são construídos socialmente e vão sendo resignificados no processo histórico de acordo com o ethos de cada sociedade.

Izidoro

Em Izidoro, o trabalho na agricultura é concebido pelas mulheres quase como exclusividade. São elas que fazem de tudo na cadeia produtiva da roça de modo geral. Os homens só entram em cena quando a distância é muito grande e elas solicitam ajuda para carregar a mandioca. Para esses homens fazer a farinha é serviço de mulher, mas, na medida do possível socializam alguns afazeres, como torrar a farinha, mas eles não assumem esses ofícios como seus.

Na comunidade Izidoro, o processo da farinhada ou a feitura da farinha traduz para as mulheres o orgulho de ser agricultora. É o momento em que são reunidos todos os esforços para celebrar o trabalho cultivado. O processo produtivo da mandioca até o seu produto final que é a farinha, ocorre da seguinte forma:

Nós descascamos toda a mandioca e colocamos na água para amolecer por três dias. Depois fazemos a mistura com a mandioca seca que não foi para a água. Em seguida a mandioca é levada para cevar no motorzinho. Depois se tira a mistura cevada e colocamos na prensa (não é mais o tipiti) para retirar o tucupi. Daí sai a massa seca para peneirar e colocar no forno para torrar a farinha (INFORMANTE Nº 06).

A torrefação da farinha dura em torno de duas horas. Durante esse processo é comum o revezamento entre a mulher e o homem, pois quando um se cansa, o outro continua. O forno é manual e utilizam o remo para remexer a farinha.

Além da farinhada, outros derivados são produzidos da mandioca: a crueira que fica na peneira quando a massa é coada, que além de auxiliar na alimentação de animais, também serve para fazer o mingau das crianças, depois de secar no sol; da massa da mandioca fazem o beiju; da goma fazem a tapioca e da própria farinha fazem o mingau. “Dá pra fazer muita coisa como pé-de-moleque e biscoito de polvilho. O tucupi é aproveitado para fazer tacacá e cozinhar o peixe. Mas serve para mais coisas” (INFORMANTE Nº 07). A produção desses derivados é realizada pelos membros da comunidade. “Os membros dos grupos domésticos trabalham juntos, formando unidades produtivas familiares que, no entanto, não são fechadas” (ALMEIDA e MANESCHY,

2001, p. 434). É importante chamar a atenção que a divisão do trabalho entre os sexos e as gerações explica essa proeminência. A vida não é nada fácil para essas mulheres. Algumas delas guardam as marcas de um trabalho pesado, não aguentam mais capinar, plantar e carregar a mandioca. Mas, ainda realizam trabalhos leves como descascar e peneirar a massa da mandioca. Sentimo-nos a vontade para ouvi-las sobre o que elas definem como trabalho leve e trabalho pesado. Eis algumas definições:

Tirar a goma, fazer beiju, peneirar a massa e fazer todo o trabalho de dentro da casa de farinha são trabalhos leves. Encoivarar uma hora da tarde é trabalho pesado. Pegar a enxada para plantar, arrancar o tronco da mandioca e carregar o paneiro de mandioca nas costas são trabalhos pesados (INFORMANTE Nº 08).

Essa definições apontadas pela informante em relação ao seu ofício, apesar de tudo, “não são vistas como trabalho e sim como tarefa ou atividades subsidiária. [...] ou mera ajuda ao grupo doméstico” (TORRES e RODRIGUES, 2010, p. 239).

Dentre as várias situações das mulheres de Izidoro, chamamos a atenção para o fato de como elas encaram o trabalho em pleno estado de suas vidas. De um universo de 23 mulheres entrevistadas, 35% têm idade entre 20 e 29 anos; 42% têm idade entre 30 e 40 anos e 23% idade entre 41 e 78 anos. Sobre este último dado atentemos ao que nossa informante de 56 anos de idade relatou ao inquirirmos se ela, ainda trabalha na roça. “Sim. Ainda trabalho. Na roça eu cavo a terra para plantar a maniva, eu derrubo, encoivaro e faço a capina. Um dia desses, eu derrubei um roçado só eu e meu filho. Teço peneira, tipiti, tupé (esteira) para uso da família e para vender” (INFORMANTE Nº 09).

Cabe aqui a contribuição dos estudos de Rocha (2000, p. 17) intitulado *Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências, e Desafios*, segundo a qual, “as trabalhadoras que, até o final dos anos 70, em sua maioria eram jovens, solteiras e sem filhos passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Um dos indicadores mais evidentes dessa mudança é a idade”. Para essa autora, o aumento da atividade das mulheres mais velhas poderia ser atribuído à redefinição do conceito de trabalho, na medida em que este passou a incluir a produção familiar e o autoconsumo.

À bem da verdade, o cenário mostra o envolvimento que cada mulher tem para com o trabalho na agricultura. Também expressa o sentimento de pertença ao lugar que

elas vivem, traduzido na identidade da mulher agricultora. O que para algumas fica até difícil se redefinirem como tal. Vejamos:

Acho que já não sou mais agricultora porque estou ‘encostada’ desde que passei a não enxergar. Eu trabalhei muito na roça. De tanto eu torrar farinha eu perdi minha visão e sofri muito para terminar de criar meus quatro filhos sozinha, porque o homem, quando viu que eu não servia mais, foi embora. Por isso eu não sou mais agricultora, mas, ainda posso fazer muita coisa no tempo de fazer farinha. Se isso contar eu ainda sou agricultora, se não contar, já não sou mais (INFORMANTE Nº 10).

O significado da vida tem para cada uma delas um valor demarcado pelo trabalho. “O ‘complexo bem-estar’ é um ideal, válido enquanto meta, porém inatingível enquanto realidade; concretamente as pessoas apresentam limitações da saúde física, psíquica e social” (MORAES, 2010, p. 106). Apesar disso, elas não vivem sem a roça. Para elas não existe nada melhor do que plantar a sementinha, a maniva e ver o brotinho germinar, a planta se formando, a raiz engrossando, tudo madurecendo para poder colher, trazer o alimento às suas casas para alimentar suas famílias. Não existe profissão mais bela para essas mulheres. A perda de suas terras comunais acarretaria numa profunda sensação de destituição enquanto mulheres pobres (THOMPSON. V.II, 1987).

A vida na cidade, experimentada por algumas dessas mulheres, não guardam boas lembranças. Porque na cidade, assim pontua Pinheiro (2003, p. 47):

A ação diferenciada que os habitantes da cidade exercem quotidianamente sobre ela, impossibilita que se possa falar de uma maneira uniformizada da cidade enquanto síntese que pretenda harmonizar as múltiplas tradições que mesclam ou que se confrontam no seu fazer-se. Portanto, as visões possíveis da cidade vão materializar-se nas experiências concretas de segmentos diferenciados que se relacionam sempre de forma tensa, o que resulta em percepções também diferenciadas a seu respeito.

Para essas mulheres, podia até ser que pudessem vir mais recursos, mas nada se traduzia em felicidade. Ser agricultora é sinônimo de felicidade, é ser abençoada por Deus a cada colheita por ser fruto de seu trabalho.

Em Izidoro a gerência dos recursos provenientes da venda de produtos feitos pela família, caminha sob a mesma medida entre as mulheres e homens, pois apenas cinco maridos controlam sozinhos esses recursos. Mas fica evidente a participação da mulher de modo similar, o que assegura afirmar que as mulheres passam a exercer uma influência paulatina nesse campo. O mesmo pode-se dizer em relação à organização da economia doméstica, em que os dois (homens e mulheres) têm uma participação igual.



Aqui a consciência de classe começa a emergir “a partir da experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade” (THOMPSON, V.III, 1987, p. 304). As famílias estão organizadas para a venda dos produtos derivados da mandioca sem o repasse aos atravessadores.

Contudo, apesar de haver uma “igualdade” entre homem e mulher no trabalho da lavoura, as mulheres não possuem poder de decisão sobre os destinos da plantação. As decisões são atribuições masculinas, embora em alguns casos, tenhamos constatado que elas participam em igual nível das decisões sobre as plantações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marineide Pereira de e MANESCHY, Maria Cristina. **Pesca e Lavoura: espaços de complementariedade**. In: FERREIRA, Mary (org.). Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero. São Luís. Edufma/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero. Salvador: Redor, 2001.

BRUSCHINI, Cristina. **Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95)**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios / Maria Isabel Baltar da Rocha (Org.). – Campinas: ABEP, NEPO, UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

LOBO, Elizabeth Souza. **A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. (Tradução: Marco Aurélio Santana). São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MILLS, Wright. O Trabalho. In: **A Nova Classe Média (White Collar)**. III. Parte. Cap. 10. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MORAES, Rosângela Dutra de. **Prazer-sofrimento no trabalho com a automação: estudo em empresas japonesas no Pólo Industrial de Manaus**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. **Mulher Rural: eminência oculta**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1889-1925)**. 2. Ed. / Maria Luiza Ugarte Pinheiro. – Manaus: Edições: Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura / Editora da Universidade federal do Amazonas/ Universidade do Estado do Amazonas, 2003. (Série: Amazônia: a terra e o homem).

REIS FILHO, Milton Melo dos. **Gênero e Práticas Econômicas na Comunidade Barro Alto em Coari/Am**. In: Cadernos de Resumos [Expandido] do 16º Encontro da Redor – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher e Relação de Gênero e do 2º Encontro de Estudo sobre Mulheres da Floresta: Gênero, Trabalho e Meio Ambiente. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.



ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios** / Maria Isabel Baltar da Rocha (Org.). – Campinas: ABEP, NEPO, UNICAMP E CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa, (Vol. II – A Maldição de Adão)** / E. P. Thompson; tradução Renato Busato Neto, Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa, (Vol. III – A força dos trabalhadores)** / E. P. Thompson; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Iraídes Caldas e RODRIGUES, Luana Mesquita. **O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica in Gênero e Geração em Contextos Rurais** / organizadores / Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

TORRES, Iraídes Caldas. **Arquitetura do Poder: memória de Gilberto Mestrinho** / iraides Caldas Torres. Manaus: Editora da universidade Federal do Amazonas, 2009.

_____. (Org). **As malhas do trabalho: a economia solidária no Brasil**. Manaus: Edua, 2010.